

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de Brasília Class.: 1602

Data: 20.02.90 Pg.: _____

Ato de Sarney será denunciado a ONU

190

A criação de zonas de garimpo em áreas interditas pela Justiça Federal como reserva Yanomami será denunciada junto a organizações internacionais como ONU, OIT e OEA pelo subprocurador da República, Carlos Victor Muzzi. Ele pretende levar a esses foros internacionais sua preocupação com os fatos que, na sua opinião, ocasionarão fatalmente o genocídio de toda uma nação indígena.

O subprocurador, que também é presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Indígenas da Procuradoria, ainda está estudando a forma jurídica de encaminhar sua denúncia, mas deixou claro que pretende partir do princípio do desrespeito total do governo brasileiro aos tratados e convênios assinados com esses organismos internacionais, onde o País se obriga a defender os direitos indígenas.

Segundo Victor Muzzi, o Brasil poderá sofrer sanções como aquelas adotadas contra a África do Sul, pelo descumprimento de seus contratos internacionais. Para ele, há alegação do governo de que não aceita ingerência externa em seus assuntos é "conversa", pois "está sempre de pires na mão, pedindo dinheiro aos governos de fora".

Além da denúncia internacional, Victor Muzzi pretende cancelar o decreto e formalizar, hoje, no protocolo da Câmara dos Deputados, uma acusação contra o presidente José Sarney e os cinco ministros de Estado signatários do decreto presidencial criando zonas de garimpo em Catrimani e Uraricoera, áreas situadas dentro dos 9,4 milhões de hectares interditos pela Justiça Federal, como reserva Yanomami.

O subprocurador baseia sua acusação de crime de irresponsabilidade e desobediência do Presidente no artigo 85 da Constituição. Se a Câmara e o Senado acatarem a acusação, Sarney e os ministros Saulo Ramos, da Justiça; Vicente Fialho, das Minas e Energia; João Alves, do Interior; Seiko Tsuzuki, da Saúde, e Moreira Lima, da Aeronáutica, perderão seus cargos e ficarão inabilitados, durante 5 anos, para o exercício de qualquer cargo público.

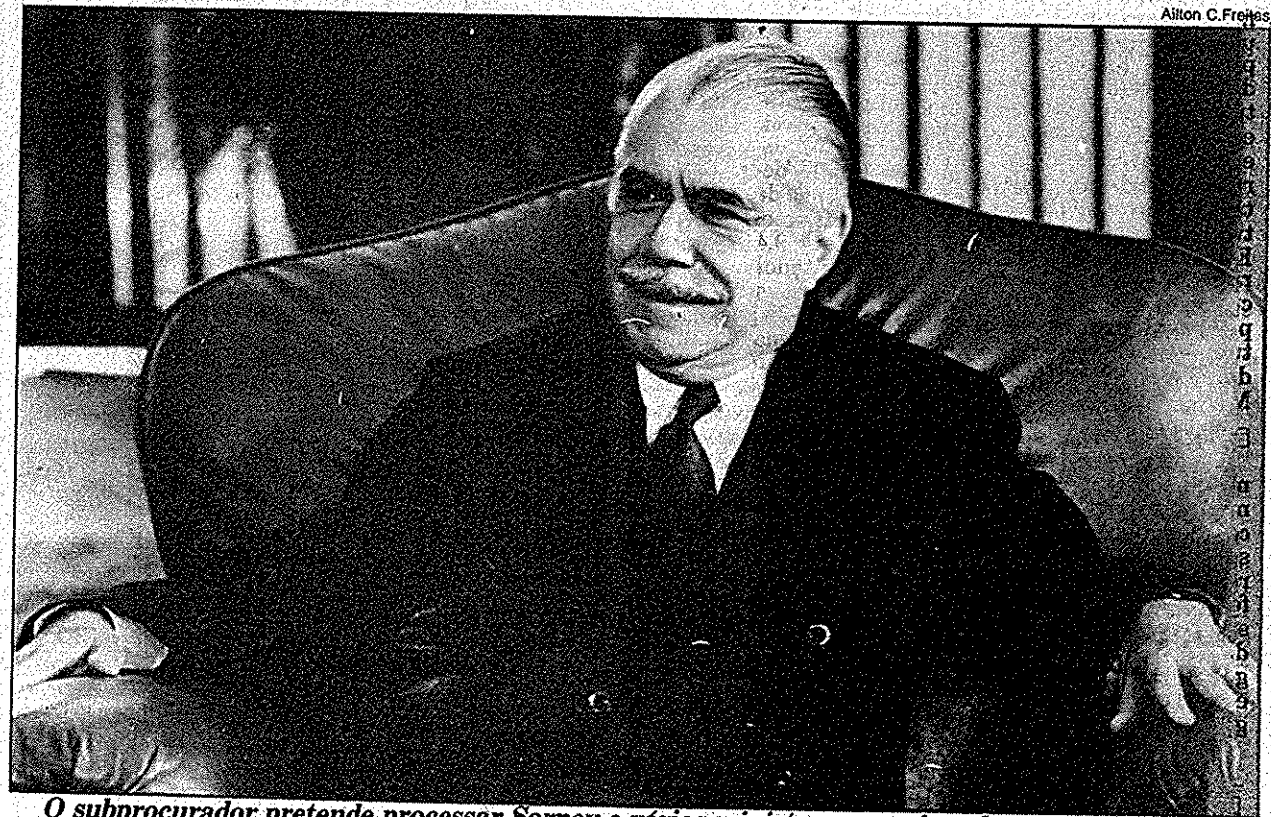
Acusando o governo de ter sido conivente com os garimpeiros a ponto de desrespeitar uma liminar dada pela Justiça, Victor Muzzi afirmou que Saulo Ramos e o presidente Sarney "usurparam" os direitos da Funai, do DAC (Departa-

mento de Aviação Civil) e da Polícia Federal ao mudarem os rumos da Operação Yanomami que previa a retirada dos garimpeiros do território indígena.

Segundo o subprocurador, "esta é a primeira vez na história do Brasil que autoridades governamentais passam por cima de uma liminar numa total afronta à dignidade nacional".

Ética

Alegando que só entrou com sua assinatura no decreto presidencial por causa do envolvimento da Aeronáutica na questão de abertura de pistas de pouso, o ministro Moreira Lima disse que não seria ético deixar de firmar o decreto, até porque outras autoridades o assinaram inclusive o Presidente. Apesar de ter recebido a garantia de que Catrimani e Uraricoera eram áreas liberadas para garimpo, o ministro da Aeronáutica julga que a interdição da área não se encontra na liminar da Justiça, podendo haver modificações dessa decisão e a área Yanomami ser reduzida apenas para os 2 milhões de hectares já demarcados. De qualquer forma o ministro considera que se houve ilegalidade no decreto ele poderá ser anulado.



Alton C. Freitas

O subprocurador pretende processar Sarney e vários ministros por crime de responsabilidade